



**UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM TERRITÓRIO DE COMUNIDADE  
TRADICIONAL VAZANTEIRA: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE PAU  
PRETO NORTE DE MINAS GERAIS<sup>1</sup>,**

**Rosângela da Silva<sup>2</sup>**

**Resumo**

A Comunidade Pau Preto constitui-se de pescadores e pequenos agricultores vazanteiros. Essa comunidade possui uma forte ligação com a terra e com o rio São Francisco nas suas relações sociais de produção. A vida e as atividades produtivas da comunidade se baseiam no comportamento do rio, onde vivenciam cheias e secas, em um território “móvel” e “fluido”. Este trabalho de pesquisa analisa os impactos socioambientais da implantação do “Parque Estadual Verde Grande”, na comunidade. Essa Unidade de Conservação abrange terras da comunidade, e os conflitos/instabilidade no tocante à questão da regularização fundiária é um aspecto da realidade da comunidade Pau Preto. Os princípios da etnoconservação apontam possibilidades de relação respeitosa e coerente entre a População Tradicional Vazanteira Pau Preto e a Unidade de Conservação.

**Palavras chave:** Comunidade tradicional. Vazanteiros. Etnoconservação. Unidade de Conservação.

**1 INTRODUÇÃO**

De um modo geral, no debate atual, homem e natureza aparecem de forma distinta e muitas vezes antagônica. Do ponto de vista da importância de se construir mecanismos de conservação ambiental esta relação torna-se foco de discussão entre ambientalistas de todo mundo, dado que, em muitas situações ao se construir Unidades de Conservação (UC), extingue-se a possibilidade de permanência de populações que já habitavam estas áreas.

O território da comunidade Pau Preto compreende atualmente uma área de 467 hectares no Parque Estadual “Verde Grande”, localizado no Município de Matias Cardoso, norte de Minas Gerais. O processo de construção da pesquisa parte de uma visão interdisciplinar, a partir das experiências vividas em campo, proporcionadas pelo Projeto de Extensão Lições da Terra.

A problemática envolve a perspectiva de conservação socioambiental mediante a implementação do Parque Estadual Verde Grande na comunidade Pau Preto, objetivando avaliar os impactos socioambientais sobre a população tradicional vazanteira.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de curso no Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, orientado pelo Prof<sup>o</sup> Alecir Moreira, a partir dos estágios de vivência do Projeto de Extensão Lições da Terra (2007-2008).

<sup>2</sup> Aluna do 8º período do Curso de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Dado o contexto trabalhou-se com duas hipóteses. A primeira hipótese é a de que o processo de implantação da Unidade de Conservação nos moldes preservacionistas está potencializando conflitos, sobretudo quanto a posse do território. A segunda hipótese é a de que o processo de implantação e implementação de Unidades de Conservação, em áreas de Comunidade tradicional, podem estar associados a conservação da diversidade biológica e cultural, evitando assim o processo de desterritorialização. Logo, estas comunidades podem ser aliadas no processo de conservação dos ecossistemas presentes em seu território, na perspectiva da etnoconservação<sup>3</sup>

A Lei 9.985/2000, SNUC, capítulo II, artigos 5º e 23º, trata das populações em reservas de desenvolvimento sustentável, qualificando e caracterizando como tradicionais, aquelas populações que têm a sua existência baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados as condições ecológicas locais; desempenhando um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica e cultural.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Se do ponto de vista filosófico/epistemológico, explicitou-se a opção pelo humanismo, como viés de aproximação do objeto de estudo, torna-se necessário explicitar a opção metodológica. Com a fenomenologia ocorreu a revalorização do conceito clássico de lugar, assim como no espaço vivido. Segundo Relph:<sup>4</sup>

*O homem e o mundo constituem uma unidade através de suas mútuas implicações, então é a intencionalidade que fornece sentido ao mundo e somente através do exame destas intenções poderemos tentar compreender esta unidade. (RELPH apud GOMES, 1996, p.327).*

Os procedimentos metodológicos buscaram uma interação entre os conhecimentos científicos dos membros do projeto com o conhecimento empírico da comunidade residente no Parque Estadual Verde Grande – Unidade de Conservação de Proteção Integral. Dessa forma, o conhecimento acumulado pelas populações locais constituíram um instrumento de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho, através da aplicação de

---

<sup>3</sup> Diegues considera alguns princípios orientadores no sentido de proteger a biodiversidade e diversidade cultural, onde as comunidades tradicionais em sua heterogeneidade, podem ser aliadas na conservação dos ecossistemas presentes em seu território, através da “[...] valorização dos conhecimentos e das práticas de manejo dessas populações [...]” (DIEGUES, 2000, p.41).

<sup>4</sup> RELPH, Edward. “*Na Inquiry into the Relations Between Phenomenology and Geography*”.

metodologias participativas. Outro aspecto importante dos procedimentos metodológicos é o caráter interdisciplinar e transversal que envolve o tripé: ensino, extensão e pesquisa.

### **3 BREVE HISTÓRICO SOBRE OS VAZANTEIROS DO RIO SÃO FRANCISCO E HISTÓRIA ORAL DE VIDA DA COMUNIDADE PAU PRETO**

Para ajudar na compreensão desse estudo de caso, é importante que saibamos um pouco mais sobre a identidade e denominação dos vazanteiros. Oliveira (2005) aborda questões relativas a identidade dos vazanteiros do médio São Francisco, a partir da etnicidade ecológica, englobando-os na categoria de populações tradicionais. Os vazanteiros podem ser definidos como:

*[...]populações residentes nas áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco que se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas são franciscanos; combinando nos diversos ambientes que constituem o seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação de animais e o extrativismo. (OLIVEIRA, 2005, p.11).*

A dinâmica e integração com o rio fazem com que o território destas comunidades tradicionais seja um “território fluído” (DIEGUES, 1998,p.42). O território vazanteiro também é conhecido como um território “móvel”, que pode ser demonstrado pela mobilidade dos grupos sobre o território e pela mobilidade física do próprio território, em função do ciclo do rio “cujas secas e enchentes alteram a área e os limites das ilhas, exigindo a redefinição do “pedaço de ilha” de cada família” (OLIVEIRA, 2005, p.17).

A partir da história oral de vida, metodologia qualitativa, que envolve um conceito transdisciplinar, tornou-se possível identificar o histórico de ocupação da área. Segundo Le Vem,

*“A humanidade tem uma história longa a respeito do pensar do homem sobre ele mesmo, sobre seu lugar no mundo, sobretudo tratando desse andar, desse movimento, fluxo e refluxo, paz e conflito, consenso e contradição dos homens sempre no desejo de algo para frente [...] (LE VEM, 2008 - p.40-41).*

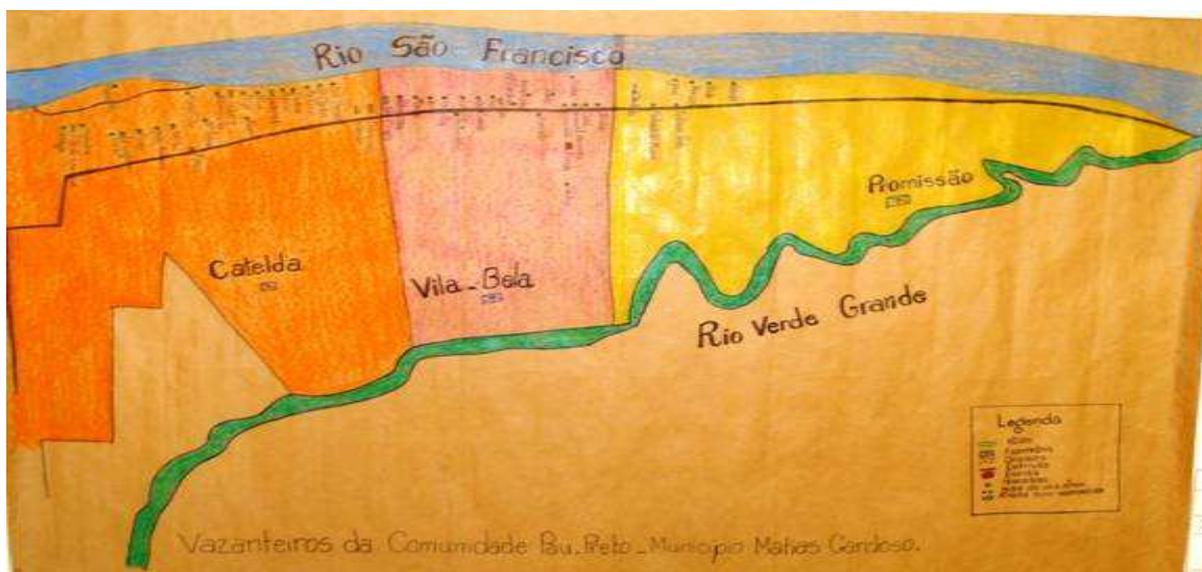
O relato dos moradores mais antigos mostraram que grande parte das famílias herdaram de seus ancestrais o costume de trabalharem nas vazantes do rio e na pesca.

*Eu criei meus filhos pescando, na pesca e na roça [...] a vida do lavrador é na roça, quem é capitalista é na capital. Não adianta a pessoa tentar, por exemplo, igual a galinha com o pato, a galinha se jogar na água ela afunda, o pato fica, nada, que nem eu e uma pessoa lá da capital [...] eu não adianta tentar que eu não vou conseguir viver na cidade, eu vou conseguir viver aqui, na roça plantando, aqui o que ocê me procurar da roça eu posso dizer. (Sr. Sebastião Muniz, vazanteiro e pescador).*

Segundo relatos de moradores mais antigos da comunidade Pau Preto a ocupação na região data, ainda do período ao qual eles chamam de “tempo dos ausentes”. As terras de lagadiço eram utilizadas para plantio de feijão, abóbora, milho e nem sempre esses trabalhadores se fixavam na terra. As grandes propriedades foram surgindo e agregando esses pequenos produtores como trabalhadores de suas terras. A posse da terra foi adquirida por volta de 1982, a partir da doação de 427 hectares de terra, em área de sequeira pelo Sr. Britaldo, então proprietário da Fazenda Bela Vista, aos vazanteiros e pescadores trabalhadores da fazenda. Não houve nenhuma documentação por escrito, apenas testemunhas como era de costume.

O último cadastro realizado pela equipe do “Projeto de Extensão Lições da Terra”, em julho de 2008, constatou que a população total envolvida pela implantação do Parque Estadual Verde Grande, no que tange a terras na comunidade Pau Preto, é de 178 pessoas. Sendo que destes 178, alguns são posseiros que residem na área, posseiros que não residem na área e famílias que plantam por contrato ou a meia. A população total residente na comunidade pau preto é de 160 vazanteiros e pescadores.

### O ESPAÇO VIVIDO DO VAZANTEIRO



**Figura 1:** As incursões junto a comunidade viabilizou a construção do mapa mental com a localização das famílias que ali vivem.

**Fonte:** CPT 2007.

O espaço é conhecido como um lugar dotado de significações variadas. Estas significações são atribuídas ao espaço enquanto lugar. No caso da comunidade Pau Preto, estas significações se tornam nítidas, por exemplo, na importância dos ciclos de cheias e secas do Rio São Francisco, que orienta sobre plantio e pesca. No espaço vivido, os fatos sociais apresentam uma inteligibilidade adquirida em seu próprio contexto. A habilidade dos

vazanteiros da Comunidade Pau Preto, em reproduzirem em um mapa mental o seu espaço, confirma o reconhecimento do território e das unidades de paisagem pelos moradores. A paisagem é o lugar onde se vive, espaço construído material, e simbolicamente advindo de heranças ancestrais e sujeito as transformações originadas em fatores naturais e humanos. O tradicional aqui tratado não é estático.

A população tradicional vazanteira do norte Minas Gerais, a partir do manejo da biodiversidade, utilizando-se de técnicas ancestrais, ainda mantêm uma forma de organização em que os valores tradicionais são transmitidos de pai para filho, mantendo durante séculos práticas associadas a esses conhecimentos, pesca e disponibilidade dos recursos ambientais existentes.

#### **4 A ORGANIZAÇÃO DOS VAZANTEIROS E A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA : RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Após várias reuniões, entre os vazanteiros e equipe técnica do IEF intermediadas pela Promotoria Pública do Vale do Médio São Francisco, foi elaborado por técnicos e vazanteiros, a proposta de construção de uma Reserva de Desenvolvimento Social – RDS, que prevê a permanência das famílias em parte da área do Parque. O Parque Estadual Verde Grande possui uma área total de 25.570 hectares e o território reivindicado pelos vazanteiros é de 5.370 hectares para construção da RDS. Estes 5.370 hectares serão subdivididos em duas grandes categorias de uso: Área de Manejo Vazanteiro – 44% e Área de refúgio ambiental 56%, formando um corredor de conexão com o Parque.



**Figura 31- Mapa Proposta Atual RDS Vazanteiros do Pau Preto. Fonte: Relatório Técnico. Proposta de ocupação e uso dos ambientes pelos vazanteiros da comunidade Pau Preto, 2009**

## **5 UM DIÁLOGO PROPOSTO: MAPEAMENTO DE BIÓTOPOS E PAISAGENS VIVIDAS (TRADIÇÃO E CIÊNCIA)**

O conhecimento acumulado pelas populações locais constituíram um instrumento de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho. Neste contexto, as paisagens vividas vêm ao encontro do proposto, pois a paisagem é o lugar onde se vive; espaço de construção material e simbólica. Os vazanteiros reconheceram a partir de caminhadas transversais - percorrer a pé junto com informantes locais as regiões de interesse da pesquisa, para construção de mapa temático - quatro unidades de paisagens: o Lagadiço, Ilha, Beira-Rio e Capão. A partir deste reconhecimento partiu-se para o mapeamento de biótopos. O mapeamento de biótopos consiste em uma das metodologias para levantamento e diagnóstico da qualidade ambiental. Para caracterização de cada biótopo foram utilizadas planilhas proposta pelo Manual para Mapeamento de Biótopos no Brasil<sup>5</sup>.

A definição dos critérios e indicadores de caracterização dos biótopos é um aspecto fundamental na sua caracterização. Baseado no trabalho de campo desenvolvido, na metodologia proposta para o mapeamento de biótopos e alguns aspectos do trabalho de Belém (2008), foram escolhidos três critérios:

- 1) Estado de Conservação: São consideradas a partir de a quantidade de interferências antrópicas e edificações.
- 2) Riqueza de espécies: Neste são consideradas as espécies predominantes e estruturas especiais.
- 3) Função ecológica: Os indicadores selecionados para avaliação da função ecológica foram as características superficiais e o estágio de sucessão ecológica em que se encontra o biótopo.

A partir da escolha dos critérios, foram definidas as escalas de valores para classificar os indicadores de acordo com o grau de variação de cada um que vai do pior ao melhor (BELÉM, 2008, p.78). Logo, cada indicador recebeu um valor de 1 a 4, dependendo do número de ocorrência em que aparecem no biótopo. Na sequência foi produzido uma média parcial a ser usada como critério para os biótopos. De acordo com a análise dos indicadores e

---

<sup>5</sup> BEDÊ, C. L. *et al. Manual para mapeamento de biótopos no Brasil – Base para um planejamento ambiental eficiente*. Belo Horizonte: Fundação Alexander Brandt, 1997. 146p

das médias estabelecidas para o critério de avaliação foi produzida uma tabela síntese para cada indicador utilizado na caracterização dos biótopos.

**TABELA 1 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO**

<b>AÇÃO ANTRÓPICA E ÁREA (%) POR EDIFICAÇÕES</b>	<b>VALORES</b>
<b>Mais de três tipos de impactos/ mais de 30% de edificações</b>	<b>1</b>
<b>Três tipos de impactos/ 20% a 30% de edificações</b>	<b>2</b>
<b>Dois tipos de impactos/ 0 a 20% de edificações</b>	<b>3</b>
<b>Um tipo de impacto/ sem edificações</b>	<b>4</b>

Fonte: Mapeamento representativo de biótopos, TCC, 2009, adaptada de BELÉM, 2008.

**TABELA 2 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO**

<b>BIÓTOPO</b>	<b>AÇÃO ANTRÓPICA</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>MÉDIA</b>
<b>Ilha</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Capão</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3,5</b>
<b>Capão</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>3</b>
<b>Lagadiço</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3,5</b>
<b>Beira rio</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2,5</b>

Fonte: Mapeamento representativo de biótopos, TCC, 2009. adaptada de BELÉM, 2008.

Os biótopos mapeados no Parque Estadual Verde Grande se encontram em níveis diferentes de conservação. Os que se encontram em estado mais visivelmente alterados são a ilha e beira rio, em função do uso intensivo sobre eles nos últimos anos. Os principais impactos ambientais se devem a criação extensiva de gado, agricultura ( monocultura) e retirada de madeira de lei. No Lagadiço, a criação extensiva de gado acarretou na compactação do solo e degradação de boa parte da área. A retirada de madeira de Lei, também contribuiu para perda de espécies do porte arbóreo. Boa parte da vegetação florestal nativa ainda é jovem. Quanto a Ilha e Beira Rio, embora o estado de conservação possa ser considerado razoável, é importante que haja uma redução dos usos para possibilitar a regeneração da área.

**TABELA 3 - RIQUEZA DE ESPÉCIES**

<b>ESPÉCIES PREDOMINANTES E ESTRUTURAS ESPECIAIS</b>	<b>VALORES</b>
<b>De 0 a 1 espécie predominante/ de 0 a 1 estrutura especial</b>	<b>1</b>
<b>2 espécies predominantes/ 2 estruturas especiais</b>	<b>2</b>
<b>3 espécies predominantes;/ 3 estruturas especiais</b>	<b>3</b>
<b>4 espécies predominantes/ 4 ou mais estruturas especiais</b>	<b>4</b>

Fonte: Mapeamento representativo de biótopos, TCC, 2009. adaptada de BELÉM, 2008.

**TABELA 4 - RIQUEZA DE ESPÉCIES**

<b>Biótopo</b>	<b>Espécie predominante</b>	<b>Estruturas especiais</b>	<b>Média</b>
<b>Ilha</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2,5</b>
<b>Capão</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3,5</b>
<b>Capão</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Lagadiço</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3,5</b>
<b>Beira Rio</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3,5</b>

Fonte: Mapeamento representativo de biótopos, TCC, 2009. adaptada de BELÉM, 2008.

A partir do número de espécies vegetais predominantes e das estruturas especiais, tornou-se possível avaliar a riqueza de espécies. Observou-se que a ilha é a área com menor diversidade de espécies, em função dos usos intensivos e sua posição geográfica. O fato de estar posicionada entre o rio pequeno e rio grande, faz com que dependendo da intensidade das cheias, árvores de vários portes sejam levadas pela força das águas.

A presença de estruturas especiais, como ninhos e cupinzeiros, revelam boa disponibilidade de alimentos e abrigos (NEVES apud BELÉM, 2008). A riqueza de espécies no biótopo 1 pode ser considerada média. O biótopo 2, Capão, apresenta uma alta diversidade de espécies. O mosaico vegetacional desta área possui espécies da caatinga arbórea, mata seca e cerrado. Foram encontradas várias estruturas especiais, dentre elas: cupinzeiros, formigueiros, lianas (presença em grande escala nas copas e troncos de árvores e arbustos), teias de aranha e grande quantidade de amontoados orgânicos. No biótopo 3, a presença de estruturas especiais é relativamente baixa, não sendo encontrados cupinzeiros ou ninhos. A riqueza de espécies pode ser classificada como média.

No biótopo 4, Lagadiço, a riqueza de espécies pode ser considerada alta em função da diversidade de estruturas especiais encontradas e pelas espécies arbóreas predominantes. O biótopo 5, Beira rio, embora tenha um uso intensivo da área, apresentou alta diversidade de espécies, sendo predominante o juá e juamirim (espécie da caatinga arbórea), que cumpre a

função de dar sombra e local de descanso para o vazanteiro. Das estruturas especiais, foram encontrados ninhos, formigueiros, cupinzeiros, lianas, ruínas, taperas, além de importante rede hidrológica: rio pequeno.

**TABELA 5 - CARACTERIZAÇÃO DO CRITÉRIO FUNÇÃO ECOLÓGICA**

ESTÁGIO SUCESSIONAL E TIPO DE COBERTURA DO SOLO	VALORES
Muito alterado/ alfalto ou calçamento	1
Sucessão inicial / solo exposto	2
Sucessão intermediária/ serra pilheira pouco desenvolvida	3
Clímax/ serrapilheira muito desenvolvida	4

Fonte: Mapeamento representativo de biótopos, TCC, 2009. adaptada de BELÉM, 2008.

**TABELA 6 - CARACTERIZAÇÃO DO CRITÉRIO FUNÇÃO ECOLÓGICA**

BIÓTOPO	SUCESSÃO ECOLÓGICA	TIPO DE COBERTURA	MÉDIA
1 -Ilha	2	3	2,5
2 -Capão	3	4	3,5
3 -Capão	3	3	3
4 -Lagadiço	3	4	3,5
5 -Beira Rio	2	2	2

Fonte: Mapeamento representativo de biótopos, TCC, 2009. adaptada de BELÉM, 2008.

A função ecológica foi avaliada a partir do estágio de sucessão ecológica e o tipo de cobertura do solo do biótopo. A sucessão ecológica divide-se em: inicial, intermediária e clímax. Em nenhum dos biótopos mapeados no Parque Estadual Verde Grande, foi encontrado estado de Clímax. Todas as unidades de paisagem selecionadas sofreram dois ou mais impactos ambientais nos últimos anos. Os biótopos 2 (Capão), 3 (Capão) e 4 (Lagadiço) se encontram em estágio de sucessão ecológica intermediário. Os biótopos 1 (Ilha) e 5 (Beira Rio) se encontram em estágios iniciais de sucessão ecológica.

## **6 UM OUTRO OLHAR SOBRE A RELAÇÃO HOMEM NATUREZA**

A partir das inserções em campo, conhecimento teórico sobre os modelos de implantação de Unidades de conservação e conflitos referentes a relação homem natureza, mapeamento dos biótopos do Parque Estadual Verde Grande e conhecimento das propostas de implementação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável e Unidade de Conservação de Uso Restrito ( Proteção Integral), se tornou possível avaliar os principais impactos ambientais

à população tradicional vazanteira. Explorar no mapeamento representativo de biótopos, a diversidade de usos nas unidades de paisagem, não centrando apenas no atual território vazanteiro, possibilitou visualizar um quadro geral do conjunto dos ambientes manejados no Parque Estadual Verde Grande. De onde se conclui que os impactos ambientais localizados no conjunto do Parque, são em função de manejos diferenciados, sendo que grande parte deles se devem a exploração por parte das Fazendas da região que somam um percentual maior de terras, uma vez que o território vazanteiro atual ocupa 467 hectares de um total de 25.570 hectares (total da área do Parque).

De um modo geral, a implantação e implementação do Parque Estadual Verde Grande, pode ser considerada positiva. Porém, o que torna a questão conflituosa e contradiz a positividade da implantação, é o modelo como vem sendo implantadas as Unidades de Conservação no norte de Minas Gerais, onde muitas vezes é desconsiderada a existência de populações nestas áreas. A hipótese de desapropriação das famílias em função da implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, logo, uso restrito, gera uma situação de vulnerabilidade social. Esta situação de vulnerabilidade tem sido vista em outras áreas no norte de Minas Gerais, em que ao serem desapropriadas as famílias recorrem a duas possibilidades:

- 1) Buscam outras terras nas periferias das cidades, ocupando outras porções de terras; o que por sua vez remonta o problema.
- 2) Migram para Belo Horizonte, São Paulo e Brasília onde geralmente vivem em situações de subemprego nas periferias e periferias da periferia de grandes centros urbanos, em áreas de vulnerabilidade sócio ambiental.

A manutenção do território a partir do (re) conhecimento da cultura do lugar, considerando o espaço vivenciado pelos vazanteiros, assegura o modo de vida tradicional existente na Comunidade Pau Preto. A etnoconservação, aliando os saberes tradicionais para conservação dos recursos ambientais presentes, potencializa o desenvolvimento de práticas de manejo sustentáveis, respeitando a diversidade de formas de produção agrícola.

A ampliação da área do território da Comunidade de 467 hectares para 5.370 hectares, conforme proposta do Relatório Técnico Reserva de Desenvolvimento Social (2009), proporcionará a ampliação da área de produção, abrindo espaço para regeneração de áreas

degradadas e manutenção de áreas de refúgio ambiental<sup>6</sup>, possibilitando a manutenção de um corredor para conservação entre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e o Parque Estadual Verde Grande. Aliado a isto a ampliação do território vazanteiro possibilita o desenvolvimento e diversificação das atividades, abrindo espaço para recuperação de áreas que foram intensamente manejadas como: Lagadiço, Beira-Rio e Ilha. A implementação de técnicas agroecológicas para auxiliar no manejo vazanteiro, contribuirão para a sustentabilidades das práticas tradicionais.

## **7 A GUISA DE ALGUMAS REFLEXÕES**

As ideias preservacionistas originadas no final do século XVIII e início do século XIX, foram criadas com o intuito de proteger a chamada “*vida selvagem*” da civilização urbano industrial, uma forma de naturalismo reativo, Moscovici (apud DIEGUES, 2000). Enquanto o culturalismo previa uma ruptura entre sociedade e natureza, o naturalismo reativo buscou uma nova relação entre o homem e a natureza. A transposição do “mito moderno da natureza intocada” dos EUA para países tropicais como Brasil, com diferenças ecológicas e culturais acentuadas, implicou em conflitos que inúmeras vezes geraram a perda do território de populações tradicionais existentes em áreas de florestas.

Estas ações, a partir da implantação de modelos de Unidades de Conservação, com visão preservacionista, ampliaram as dicotomias da relação homem/natureza potencializando conflitos relativos à relação homem e Unidades de Conservação. Estas dicotomias foram ampliadas com a implantação de modelos de Parques Estaduais desabitados, voltados pra o estudo científico, beleza cênica e contemplação turística. Essa reflexão vem ao encontro da hipótese um do presente trabalho, de que a implantação de Unidades de Conservação nos moldes preservacionista potencializa os conflitos, sobretudo quanto à posse do território

A ampliação da modernização agrícola, a partir da década de 60, e consolidada no norte de Minas Gerais, a partir do Projeto Jaíba, impuseram um novo ritmo às relações sociais de produção e reprodução do espaço. Disto adveio a necessidade de se criar medidas compensatórias, através de áreas protegidas, que por sua vez recaíram sobre as populações tradicionais do norte de Minas. O modelo de desenvolvimento econômico, com ênfase no

---

<sup>6</sup> Área de Refúgio ambiental: A Área de Refúgio Ambiental foi delimitada em função do seu valor ecológico como refugio de animais, desova de peixes, etc. terá a sua preservação integral, sendo vedado a coleta de frutos, madeira ou lenha, a solta dos animais, pesca ou qualquer outra atividade que comprometa a sua proteção. Fonte: ARNALDO, Luiz; DAYRELL, A.Carlos; OLIVEIRA, Cláudia Luz.Relatório Técnico Reserva de Desenvolvimento Social. Proposta de Ocupação e Uso dos ambientes pelos vazanteiros de Pau Preto (2009) p. 25.

agronegócio e hidronegócio, amplia as desigualdades sociais. Acselrad, Herculano e Pádua (2004), denominou este processo de “injustiça ambiental”. Esta conjuntura do novo modelo agrícola, ao mesmo tempo em que amplia o território da agricultura modernizada reduz e exclui outros territórios das comunidades tradicionais. É contraditório que, ao passo que o Estado possibilita a apropriação de grandes áreas para o desenvolvimento da chamada modernização no campo, ignore o desenvolvimento de práticas tradicionais, inseridas num contexto de aliança entre biodiversidade e cultura.

O desenvolvimento da sociedade urbano industrial gerou a demanda da criação de Unidades de Conservação, sendo este um fenômeno da modernidade. A modernidade e o que com ela adveio, tende a uma referência negativa do tradicional, negando o antigo para se afirmar. É muito comum encontrarmos trabalhos científicos recentes, no qual os saberes e práticas das populações tradicionais, são considerados como os principais impactantes das áreas que se pretende conservar ou proteger. Ao mesmo tempo se encontra em ascendência, conforme Diegues (2000) já anunciou, linhas de trabalho que buscam compreender a biodiversidade, como ambiental e sócio cultural, é o caso da etnoconservação. Foi visando a necessidade de manutenção das populações tradicionais em seus territórios, quando estas assim desejam, através da implementação de políticas e práticas que venham ao encontro da conservação da biodiversidade associada à cultura, que trabalhou-se com a hipótese da etnoconservação. O reconhecimento do espaço, das unidades de paisagem e biodiversidade pela população tradicional vazanteira são de grande valor para o uso sustentável dos recursos ambientes presentes.

O diálogo proposto para o mapeamento representativo dos biótopos, entre a tradição e ciência a partir do reconhecimento das unidades de paisagens pelos vazanteiros (as), buscou associar o que tão largamente foi discutido neste trabalho: a tradição e a modernidade, o saber empírico e o saber científico; respeitando as relações do espaço vivido e os saberes construídos historicamente pela comunidade. É preciso avançar sobre a compreensão do homem em relação à natureza. A história da natureza se encontra ligada a história dos seres humanos. Para os vazanteiros (as,) o homem também é natureza e a natureza é o homem.

O processo de implantação e implementação de Unidades de Conservação em áreas de Comunidade tradicional, podem estar associados a conservação da diversidade biológica e cultural, evitando assim o processo de desterritorialização . Logo, estas comunidades podem ser aliadas no processo de conservação dos ecossistemas presentes em seu território; haja vista que são exatamente estas áreas, por se encontrarem em melhor estado de conservação, as escolhidas para implantação de Unidades de Conservação. O Estado ao (re) territorializar, se

apropria de espaços comuns desterritorializando aqueles que antes ocupavam estes espaços. Gonçalves expõe que: “*O fundamento da relação da sociedade com a natureza sob o capitalismo está baseada na separação – entre os homens e mulheres, de um lado, e a natureza do outro.*” (GONÇALVES, 2004, p.66). Ao privar pequenas comunidades tradicionais do direito à terra e à utilização dos recursos ambientais ali presentes, ocorre a expropriação desterritorializando homens e mulheres, que ao serem “*separados das condições naturais essenciais para sua reprodução se tornarão vendedores da sua capacidade de trabalho e compradores de mercadoria*”. (GONÇALVES, 2004, p.67).

Enfim, o resumo das discussões teóricas elencadas neste trabalho e das vivências em campo, que possibilitaram a caracterização dos ambientes pelo olhar do vazanteiro, buscaram iniciar uma reflexão a cerca da forma de implantação das Unidades de Conservação no norte de Minas Gerais e os impactos socioambientais advindos deste processo. Outro aspecto, foi que se procurou com a pesquisa iniciar algumas reflexões sobre a ciência geográfica, onde torna-se cada vez mais importante desenvolver trabalhos que busquem aliar os saberes das áreas física e humana, uma vez que entre os objetos de estudos de geografia se encontra a relação homem/natureza. Não se esquecendo, no entanto, de agregar os saberes tradicionais e modernos, que juntos constituem importante instrumento para a compreensão das questões ambientais.

## Referências

ACSELRAD, Henri, HERCULANO, Selene, PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AMIRIM FILHO, Osvaldo Bueno; BUENO, Guilherme Tayson. A base física. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Minas Gerais do Século XXI**. v.2. Disponível em: <[http://www.bdmg.mg.gov.br/estudos/arquivo/minas21/vol\\_02\\_cap\\_01.pdf](http://www.bdmg.mg.gov.br/estudos/arquivo/minas21/vol_02_cap_01.pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2008.

ARNALDO, Luiz; DAYRELL, A.Carlos; OLIVEIRA, Cláudia Luz. Relatório Técnico Reserva de Desenvolvimento Social. Proposta de Ocupação e Uso dos ambientes pelos vazanteiros de Pau Preto (2009). Matias Cardoso Dezembro de 2009.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. A terra no campo: a questão agrária. In: MOLINA, Mônica Castagna; SOUZA JÚNIOR, José Geraldo; TOURINHO NETO, Fernando da Costa. **Introdução crítica ao direito agrário**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

BELÉM, Ronaldo Alves. **Zoneamento ambiental e os desafios para implantação do Parque Estadual da Mata Seca, Minas Gerais**. 2008. Dissertação (Mestrado) –

Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Departamento de geografia, Belo Horizonte.

BEDÊ, C. L. *et al. Manual para mapeamento de biótopos no Brasil – Base para um planejamento ambiental eficiente*. Belo Horizonte: Fundação Alexander Brandt, 1997. 146p.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global. **RA'EGA**, Curitiba, n.8, p. 141-152, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>> Acesso em: 13 out. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2000.

CARVALHO, Paulo Fernando Braga. **Introdução à quantificação em geografia**. Contagem: Curso de Quantificação em Geografia da PUC Minas, 2008.

DAYRELL, C. A. **Geraiszeiros y biodiversidad em el Norte de Minas Gerais**: la contribución de la agroecología y la etnoecología em los estudios de los agroecosistemas. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidad Nacional de Andalucía, Huelva.

DIEGUES A.C.; ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. 176p.

DIEGUES, Antônio Carlos, NOGARA, Paulo José. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: NUPAUB, 1994

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

DRUMMOND, Gláucia Moreira et al (Org.). **Biodiversidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Biodiversitas, 2005. Disponível em: <<http://www.biodiversitas.org.br/atlas/flora.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (MG). **Escritório Regional Norte**. Disponível em: <<http://servicos.meioambiente.mg.gov.br/regionais/reg08.asp>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (MG). **Parques Estaduais**. 2005. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/parques-estaduais>>. Acesso em: 05 jul. 2007.

JACOMIME, P.K.T et al. **Levantamento exploratório-reconhecimento de solos da margem esquerda do rio São Francisco, estado da Bahia**. Recife : EMBRAPA; Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos, 1976. 404 p. (Boletim Técnico, 38 ; Divisão de Recursos Renováveis, 7).Disponível em:<<http://www.bndes.cnpem.embrapa.br/textos/neossosolos1.htm>>. Consultado em 12 de junho, 2009.

LE VEN, Michael Marie. **Afeto e política: metodologia qualitativa: história oral de vida e sociologia clínica**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008.

LUZ, Cláudia Oliveira.**Vazanteiros no Rio São Francisco: populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Belo Horizonte.

MARTINELLI, Marcelo; PEDROTTI, Franco. A cartografia das unidades de paisagem: Questões Metodológicas. Revista do Departamento de geografia (14), 2001, 39-46.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Relação homem natureza no modo de produção capitalista. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.6, n.119, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-18.htm>>. Acesso em: 14 maio 2008.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **“Certão-Serrado”**: história ambiental e etnoecologia na relação entre populações tradicionais de Minas Gerais e o bioma do Brasil Central. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O Pequi é Nosso!Conflitos Sócioambientais em torno de recursos naturais e a proposta de criação de reservas extrativistas no cerrado. In: 30º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS POVOS DO CERRADO, Caxambu – MG, 2006.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM. **Mapa Geológico de Minas Gerais**. Disponível em: <[ftp://ftp.cprm.gov.br/pub/pdf/crepo\\_cргеologico.pdf](ftp://ftp.cprm.gov.br/pub/pdf/crepo_cргеologico.pdf)>. Acesso em: 23 dez. 2008.

SISTEMA BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS. **9ª Reunião do Comitê Executivo de Classificação de Solos – CE**. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2002. Disponível em: <<http://www.cnps.embrapa.br/sibcs/download/ata9.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

THÉ, A.P.G; MADI, E.F.; NORDI, N. Conhecimento local, regras informais e uso do peixe na pesca do alto-médio São Francisco, p. 389-406. In: GODINHO. H.P. (Org.) **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Mnas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 468p

TROPPEMAIR, Helmut. **Biogeografia e meio ambiente**. 6.ed. Rio Claro: Departamento de Geografia UNESP, 2004.